

PEC 63

Aprovada por Comissão do Senado

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) Senado Federal aprovou no dia 21 de maio a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63 de 2013, que institui a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público. A matéria recebeu apenas quatro votos contrários e segue para votação no plenário do Senado. A presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Cavalcanti, e membros do Conselho Deliberativo da entidade acompanharam a votação.

A Conamp afirmou que a proposta valoriza a experiência acumulada pelos membros da Magistratura e do Ministério Público - funções essenciais ao Estado - e que a implantação da parcela observará as limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal. Além de publicar uma Nota Técnica favorável à PEC 63, a Conamp divulgou uma nota conjunta com as demais associações representativas do Ministério Público sobre o tema. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Conselho Nacional dos Procuradores Gerais (CNPGE) também apoiam a PEC 63.



APROVADA

Norma Cavalcanti esteve presente à votação na CCJ da Câmara

CONAMP NORDESTE

APMP participa da primeira reunião ordinária

Os presidentes das associações da região nordeste afiliadas à Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) se reuniram durante a 1ª reunião ordinária da CONAMP/nordeste, que aconteceu no dia 16 de maio em Natal, na sede da Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (Ampern). A presidente da Conamp, Norma Cavalcanti, participou da reunião.

Entre os itens da pauta constou o congresso regional do Ministério Público do nordeste que será realizado em Fortaleza, em novembro deste ano.



REUNIÃO

APMP participa da primeira reunião da Conamp Nordeste

POSSE AMPERN

No mesmo dia foi realizada a posse da nova diretoria e do conselho fiscal da Associação do Ministério Público do Rio

Grande do Norte (Ampern). No dia 9 de maio os membros da nova diretoria e do conselho fiscal que estarão à frente da Ampern no biênio 2014-2016 foram elei-

tos. O atual presidente da entidade, Eudo Leite, foi reeleito e permanecerá no cargo. Para vice-presidente foi eleito o associado Fernando Batista de Vasconcelos.

APMP participa da 13ª edição do Torneio Nacional de Futebol Society do MP

Associação Paraibana do Ministério Público participou da 13ª edição do Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público, que aconteceu de 30 de abril a 4 de maio, na cidade de Foz do Iguaçu. O evento foi promovido pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e da Associação Paranaense do Ministério Público e contou com a participação de membros do MP de todo País.

Representando a Associação Paraibana participam os promotores de Justiça, Francisco Seráfico, Francisco Bergson, Rodrigo Pires, Leidmar Almeida, Reynaldo Serpa, Dennys Carneiro, Lean Xerez, Otacílio Machado e João Manoel. Além deles, mais dois promotores da Associação Pernambucana formavam a equipe.

O TORNEIO

O XIII Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público é um campeonato anual da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) e reúne Procuradores e Promotores de Justiça de todo o país. A competição é uma oportunidade para confraternização e integração dos membros dos MPs e também de seus familiares.

Participam do torneio as Associações Estaduais do Ministério Público, bem como as Associações do MP da União (MPF, MPT, MPM, MPDFT). Os atletas devem ser, necessariamente, integrantes do MP de uma das esferas em situação ativa/inativa (Promotores e Procuradores).

São quatro categorias: Sênior, Super-Master, Master e Força Livre. Cada delegação inscreve somente uma equipe por categoria, respeitados o limite de vinte atletas por equipe e os critérios de idade para cada categoria.



TORNEIO

Membros do MPPB jogam competição nacional em Foz do Iguaçu

Associados são sorteados para o curso de vinho pela APMP

A Associação Paraibana do Ministério Público (APMP) sorteu no mês de maio 10 vagas, entre os 15 associados inscritos, para um curso de vinho. O curso aconteceu nos dias 19 e 26 de maio e 2 de junho. Os sorteados foram: Carlos Romero, Cláudia Viegas, Cristiana Ferreira, Erika Bueno, Flávio Wanderley, Francisco Bergson, Francisco Seráfico, Ranieri Dantas, Ricardo Alex e Rodrigo Pires.

Também foram sorteados como suplentes: Fabiana Lobo, Rhomeika

Porto, Andréa Alustau, Maria Socorro Lemos e Dulcerita Soares.

No curso, o associado pôde aprender a parte teórica, degustação e harmonização entre comida e vinho. Entre os conteúdos estão: a história do vinho, as variedades de uva, regiões produtoras da bebida, etc. As aulas serão ministradas pela sommelière Rachel Ruiz, que é formada pela Associação Italiana de Sommelier na Escola do ICIF-Piemonte. Ela também é consultora de vinhos pela WSET-WineSpiritEducationTrust.



DEGUSTAÇÃO

APMP sortea curso de vinho para membros

ENTREVISTA

Uma tarefa “espinhosa”, mas necessária para manter o MP no caminho certo

A entrevista desta semana será com procurador de Justiça e corregedor-geral do Ministério Público da Paraíba, Alcides Jansen (foto). O procurador fala sobre a importância da Corregedoria Geral para o funcionamento da instituição da forma mais eficaz.

Qual o papel da Corregedoria dentro do Ministério Público e do Corregedor-geral?

Por definição legal a Corregedoria-Geral é o órgão de administração superior do Ministério Público que possui a incumbência de orientar e fiscalizar as atividades funcionais e a conduta dos Promotores e Procuradores de Justiça. É, portanto, o órgão de Controle Interno da Instituição. Para bem cumprir o seu mister a Corregedoria executa inúmeras tarefas, a saber: realiza inspeções e correições, expede recomendações, consolida os dados relativos às atividades dos membros, responde consultas, elabora orientações, acompanha estágio probatório, presta as mais diversas informações aos órgãos colegiados, detém a guarda do cadastro dos membros, instaura, instrui e, em alguns casos julga, procedimentos disciplinares, dentre muitas outras atividades.

Quais as principais dificuldades enfrentadas pela Corregedoria?

Do ponto de vista material as dificuldades são as mesmas enfrentadas pelos demais órgãos de administração superior, e que derivam do apertado orçamento reservado ao MPPB. É que há sempre uma crescente demanda, principalmente por mais recursos humanos e tecnológicos. Felizmente os gestores da Instituição têm se mostrado sensíveis e apoiado como podem a Corregedoria nas suas necessidades. No plano institucional, essas dificuldades são mínimas, e também não impedem o normal desenvolvimento do ritmo de nosso trabalho. Existem, não há como negar, situações de certa complexidade, pois em alguns casos, felizmente

muito raros, não contamos com a compreensão de um ou de outro colega. Reconhecemos que realmente é tarefa muito espinhosa a de fiscalizar ou de “cobrar” de colegas, mas temos a convicção de que se trata de um trabalho importante e necessário para que a Instituição possa cumprir a missão que a Lei Maior lhe outorgou.

Como a Corregedoria pode ajudar no fortalecimento da Instituição?

Não temos dúvida em afirmar que a Corregedoria é o Órgão que detém a mais perfeita visão do Ministério Público, por isso, pensamos que o seu contributo para o fortalecimento institucional é muito intenso, sobretudo quando consegue motivar uma atuação de excelência pelos colegas. Nesse sentido buscamos incentivar ações uniformes que expressem todo o conteúdo da doutrina ministerial fundamentada no princípio da unidade, divulgando, exigindo e elogiando as melhores práticas; por outro lado, estamos sempre muito atentos a cumprimento das obrigações afetas a cada um de nós, pois acreditamos que um único desvio de conduta ou inobservância de um encargo funcional, afeta a Instituição como um todo, salpicando na esmagadora maioria daqueles que empreendem todos os esforços, às vezes com sacrifícios inimagináveis, para cumprir o seu dever e elevar o honrado nome do Ministério Público da Paraíba como tem sido feito, repito, pela quase totalidade dos Procuradores e Promotores de Justiça deste Estado.

Alcides Jansen

Procurador
de Justiça e
corregedor-geral
do Ministério
Público da Paraíba,

